EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. – ENCORPAR

CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83
NIRE 3130001252-2

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

31 de março de 2020

Assembleia Geral Ordinária

30 de abril de 2020

ÍNDICE

I. Em Assembleia Geral Ordinária 3

II. Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores.....5

III. Anexo II: Item 13 do Formulário de Referência – Remuneração dos Administradores.....20

IV. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária.....32

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. –ENCORPAR
CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83 - NIRE N° 3130001252-2
COMPANHIA ABERTA

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 17:00 horas do dia 30 de maio de 2020 em sua sede social na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua Aimorés, nº 981 – 12º andar, parte.

a) *Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.*

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgadas em 31 de março de 2020 nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 – B3 – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nestes dois últimos através do Sistema Empresas.NET.

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

b) *Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e*

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09 não está sendo apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31/12/2019.

c) *Fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2020.*

Conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo II a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4. Propomos que a remuneração global dos administradores a ser paga, seja fixada no montante anual de até R$ 1.600.000,00, igual ao valor aprovado na última AGO.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 15/05/2019, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R$ 1.600.000,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R$ 317.031,36, excluindo o Conselho Fiscal, que não é permanente, sendo este valor pago por controladas do emissor em função do exercício do cargo no emissor.

O limite ora proposto, assim como as informações acima apresentadas com relação à remuneração do exercício social de 2020, incluem a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos pela Companhia, diretos ou indiretos.

Belo Horizonte-MG, 31 de março de 2020

A Administração

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. –ENCORPAR

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. – ENCORPAR

CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83
NIRE 3130001252-2

ANEXO I

Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores

CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83
NIRE 31.3.000.1252.2
Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. - ENCORPAR, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.971.614/0001-83 , com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.000.1252.2 .
REGISTRO NA CVM	n.º 01649-7
SEDE	Rua Aimorés, nº 981, CEP 30140-071 – Funcionários, Belo Horizonte, MG.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	João Batista da Cunha Bomfim Telefone (11) 2145-4412 Fax (11) 2145-4583 e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	ECPR3 – ECPR4
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Diário do Comércio – Belo Horizonte, MG.

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Em R$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Indicadores de liquidez			
Total do ativo circulante	2,7	3,3	2,9
Total do passivo circulante	0,7	18,0	38,8
Índice de liquidez corrente	*3,9*	*0,2*	*0,1*
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	16,9	12,3	79,9
Total do passivo circulante + passivo não circulante	115,0	105,8	162,5
Índice de liquidez geral	*0,1*	*0,1*	*0,5*
Indicadores de endividamento			
Total da dívida líquida	(1,2)	4,9	17,7
Patrimônio líquido	187,6	198,3	129,7
Índice de endividamento	*-1%*	*2%*	*14%*

Em 31 de dezembro de 2019, a liquidez corrente da Companhia foi de 3,9x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, ante valor de 0,2x em 31 de dezembro de 2018.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 0,1x em 31 de dezembro de 2019, igual ao valor em 31 de dezembro de 2018.

O saldo do caixa líquido era de R$ 1,2 milhões e representava 1% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2019. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R$ 1,2 milhão no final do exercício de 2018, 16,9% inferior ao valor registrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente da Companhia foi de 0,2x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, ante valor de 0,1x em 31 de dezembro de 2017.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 0,1x em 31 de dezembro de 2018, ante 0,5x em 31 de dezembro de 2017, devido à ampliação de parte relacionadas.

O saldo do endividamento líquido era de R$ 4,9 milhões e representava 2% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R$ 1,5 milhão no final do exercício de 2018, em linha com o valor em 31 de dezembro de 2017.

b. Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2019	AV (%)	2018	AV (%)	2017	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	0,7	0,2%	18,0	5,9%	38,8	13,3%
Capital de terceiros – não circulante	114,3	37,8%	87,8	28,9%	123,8	42,3%
Capital de terceiros – Total	*115,0*	*38,0%*	*105,8*	*34,8%*	*162,5*	*55,6%*
Capital próprio – Patrimônio Líquido	187,6	62,0%	198,3	65,2%	129,7	44,4%
Total	**302,7**	**100,0%**	**304,1**	**100,0%**	**292,3**	**100,0%**

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019, a sua estrutura de capital era 62,0% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 38,0% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, a sua estrutura de capital era 65,2% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 34,8% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017, a sua estrutura de capital era 51,4% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 48,6% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

Não houve modificação na estrutura societária da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	-	6,4	19,2
Debêntures	-	-	-
Total da Dívida	*-*	*6,4*	*19,2*
Caixa e equivalentes de caixa	(1,2)	(1,5)	(1,5)
Total do (caixa) dívida líquida	**(1,2)**	**4,9**	**17,7**

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As operações da Companhia são basicamente de participação em coligadas e recebimento de aluguéis de imóveis cuja aquisição se deu em sua constituição.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos - Total	**-**	**6,4**	**19,2**
Circulante	-	6,4	12,8
Não circulante	-	-	6,4

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente as receitas de aluguéis da Companhia são fontes suficientes para cobrir as despesas operacionais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R$ mil		Taxa anual de	Em 31 de dezembro de		
	Moeda	juros - %	2019	2018	2017
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A.	R$	135,0 do CDI	-	6.408	19.227
			-	*6.408*	*19.227*
Circulante			-	6.408	12.841
Não circulante			-	-	6.386

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação definida entre os passivos da companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não há restrição imposta ao emissor, Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações - Encorpar.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As operações da Companhia são basicamente de participação em coligadas e recebimento de aluguéis de imóveis cuja aquisição se deu em sua constituição.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em R$ milhões	2019	AV (%)	AH (%)	2018	AV (%)	AH (%)	2017	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	**-**	**n.a.**	**n.a.**	**-**	**n.a.**	**n.a.**	**-**	**n.a.**	**n.a.**
Custo dos produtos vendidos	**-**	**n.a.**	**n.a.**	**-**	**n.a.**	**n.a.**	**-**	**n.a.**	**n.a.**
Lucro bruto	**-**	**n.a.**	**n.a.**	**-**	**n.a.**	**n.a.**	**-**	**n.a.**	**n.a.**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	**(2,2)**	**n.a.**	**(12,0%)**	**(2,5)**	**n.a.**	**35,0%**	**(1,9)**	**n.a.**	**30,0%**
Despesas com vendas	-	n.a.	n.a.	-	n.a.	n.a.	0,0	n.a.	n.a.
Despesas gerais e administrativas	(2,2)	n.a.	(12,0%)	(2,5)	n.a.	35,0%	(1,9)	n.a.	30,0%
Equivalência patrimonial	**(13,5)**	**n.a.**	**n.a.**	**35,3**	**n.a.**	**n.a.**	**12,2**	**n.a.**	**n.a.**
Cantagalo General Gains S.A.	-	n.a.	n.a.	-	n.a.	n.a.	-	n.a.	(100,0%)
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	(13,5)	n.a.	n.a.	35,3	n.a.	n.a.	12,0	n.a.	n.a.
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	-	n.a.	n.a.	-	n.a.	(100,0%)	0,2	n.a.	(69,7%)
Outras, líquidas	**2,7**	**n.a.**	**152,9%**	**1,1**	**n.a.**	**(97,0%)**	**35,6**	**n.a.**	**n.a.**
Resultado operacional	**(12,9)**	**n.a.**	**n.a.**	**33,9**	**n.a.**	**(26,2%)**	**45,9**	**n.a.**	**n.a.**
Resultado financeiro	(4,5)	n.a.	14,8%	(3,9)	n.a.	286,7%	(1,0)	n.a.	(89,4%)
Resultado antes dos impostos	**(17,4)**	**n.a.**	**n.a.**	**30,0**	**n.a.**	**(33,3%)**	**44,9**	**n.a.**	**n.a.**
IR e CSSL	(0,3)	n.a.	n.a.	(0,6)	n.a.	n.a.	1,2	n.a.	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(17,7)**	**n.a.**	**n.a.**	**29,4**	**n.a.**	**(36,4%)**	**46,2**	**n.a.**	**n.a.**

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.
(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre o exercício social indicado e o anterior.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve receita líquida de vendas, assim como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve custo dos produtos vendidos (CPV), assim como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R$ 2,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contra R$ 2,5 milhões no ano anterior.

Equivalência Patrimonial

Equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou valor negativo de R$ 13,5 milhões, ante valor positivo de R$ 35,3 milhões registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A variação do resultado de equivalência patrimonial das coligadas decorre do resultado da coligada Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas.

O resultado de equivalência patrimonial da coligada Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas passou de valor positivo de R$ 35,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para valor negativo de R$ 13,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 somaram valor positivo R$ 2,7 milhões, ante valor positivo R$ 1,1 milhão registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Resultado Operacional

O resultado operacional antes do resultado financeiro passou de valor positivo de R$ 33,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para valor negativo de R$ 12,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A redução deve-se principalmente à redução do resultado de equivalência patrimonial da coligada Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R$ 3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 4,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma ampliação de R$ 0,6 milhões, devido, principalmente, às reduções de R$ 6,1 milhões de receita financeira e de R$ 3,8 milhões de despesas financeiras – juros e encargos.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram despesas de R$ 0,3 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ante despesas de R$ 0,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro (Prejuízo) do exercício

O prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 17,1 milhões, ante lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 que totalizou R$ 29,4 milhões, redução de R$ 47,1 milhões, que é explicada pelo menor resultado operacional e maior resultado financeiro negativo.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houve receita líquida de vendas, assim como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houve custo dos produtos vendidos (CPV), assim como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R$ 2,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 20187, contra R$ 1,9 milhões no ano anterior.

Equivalência Patrimonial

Equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou valor negativo de R$ 35,3 milhões, ante valor negativo de R$ 12,2 milhões registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A variação do resultado de equivalência patrimonial das coligadas decorre do resultado da coligada Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas.

O resultado de equivalência patrimonial da coligada Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas passou de valor positivo de R$ 12,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para valor positivo de R$ 35,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 somaram valor positivo R$ 1,1 milhão, ante valor positivo R$ 35,6 milhão registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, a R$ 30,7 milhões proveniente de alienação de propriedades para investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Resultado Operacional

O resultado operacional antes do resultado financeiro passou de valor positivo de R$ 45,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para valor positivo de R$ 33,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A redução deve-se principalmente a redução da receita operacional, positivamente impactada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelo valor de R$ 30,7 milhões proveniente de alienação de propriedades para investimento, parcialmente compensado pelo maior valor de equivalência patrimonial em R$ 23,2 milhões entre anos.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R$ 1,0 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma ampliação de R$ 2,9 milhões, devido às reduções de R$ 1,8 milhãos de receita financeira e de R$ 1,3 milhão de variações cambiais, líquidas.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram despesas de R$ 0,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ante valor positivo de R$ 1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro (Prejuízo) do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 29,4 milhões, ante lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$ 46,2 milhões, redução de R$ 16,8 milhões, que é explicada pelo menor resultado operacional e maior resultado financeiro negativo.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R$ milhões	2019	AV (%)	AH (%)	2018	AV (%)	AH (%)	2017	AV (%)	AH (%)
Ativo									
Ativo circulante	**2,7**	**0,9%**	**(17,6%)**	**3,3**	**1,1%**	**14,4%**	**2,9**	**1,0%**	**84,8%**
Caixa e equivalentes de caixa	1,2	0,4%	(17,2%)	1,5	0,5%	0,3%	1,5	0,5%	17,3%
Impostos a recuperar	1,3	0,4%	(19,7%)	1,7	0,6%	33,8%	1,3	0,4%	723,7%
Aluguéis a receber	0,1	0,0%	0,7%	0,1	0,0%	(0,7%)	0,1	0,1%	8,0%
Outros créditos a receber	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	(42,9%)	0,0	0,0%	31,3%
Ativo não circulante	**299,9**	**99,1%**	**(0,3%)**	**300,8**	**98,9%**	**3,9%**	**289,3**	**99,0%**	**4,5%**
Realizável a Longo Prazo	**14,2**	**4,7%**	**57,6%**	**9,0**	**3,0%**	**(88,3%)**	**77,0**	**26,3%**	**17,9%**
Títulos e valores mobiliários	1,2	0,4%	35,8%	0,9	0,3%	347,7%	0,2	0,1%	(83,7%)
Partes relacionadas	12,2	4,0%	66,6%	7,3	2,4%	(90,2%)	74,3	25,4%	20,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	(92,7%)	0,5	0,2%	2,1%
Depósitos judiciais	0,7	0,2%	0,0%	0,7	0,2%	(62,1%)	1,9	0,6%	(2,1%)
Outros	0,1	0,0%	(2,9%)	0,1	0,0%	(53,3%)	0,2	0,1%	23,0%
Permanente	**285,7**	**94,4%**	**(2,1%)**	**291,8**	**95,9%**	**37,4%**	**212,4**	**72,7%**	**0,4%**
Investimentos em coligadas	240,0	79,3%	(2,8%)	247,0	81,2%	24,5%	198,4	67,9%	11,3%
Propriedades para investimento	45,1	14,9%	2,2%	44,2	14,5%	231,4%	13,3	4,6%	(59,1%)
Outros investimentos	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%

Imobilizado	0,4	0,1%	(0,7%)	0,4	0,1%	(0,9%)	0,5	0,2%	(0,9%)
Intangível	0,2	0,1%	0,0%	0,2	0,1%	0,6%	0,2	0,1%	0,0%
Total dos ativos	**302,7**	**100,0%**	**(0,5%)**	**304,1**	**100,0%**	**4,0%**	**292,3**	**100,0%**	**5,0%**
Passivo									
Passivo circulante	**0,7**	**0,2%**	**(96,1%)**	**18,0**	**5,9%**	**(53,6%)**	**38,8**	**13,3%**	**57,0%**
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	(100,0%)	6,4	2,1%	(50,1%)	12,8	4,4%	(33,4%)
Fornecedores	0,0	0,0%	10,8%	0,0	0,0%	27,6%	0,0	0,0%	(29,3%)
Obrigações fiscais e sociais	0,4	0,1%	(1,7%)	0,4	0,1%	42,6%	0,3	0,1%	(23,2%)
Dividendos a pagar	0,1	0,0%	(98,7%)	11,0	3,6%	(56,6%)	25,4	8,7%	427,3%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	0,0	0,0%	6,7%	0,0	0,0%	(57,1%)	0,1	0,0%	(50,9%)
Outras contas a pagar	0,1	0,0%	0,0%	0,1	0,0%	(26,6%)	0,2	0,1%	n.a.
Passivo não circulante	**114,3**	**37,8%**	**30,2%**	**87,8**	**28,9%**	**(29,1%)**	**123,8**	**42,3%**	**(27,1%)**
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	(100,0%)	6,4	2,2%	n.a.
Partes relacionadas	57,2	18,9%	85,6%	30,8	10,1%	(49,7%)	61,2	21,0%	(41,6%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56,2	18,6%	0,1%	56,2	18,5%	3,6%	54,2	18,6%	(14,0%)
Provisões diversas	0,8	0,3%	0,0%	0,8	0,3%	(59,1%)	1,9	0,7%	(0,3%)
Outras obrigações	0,1	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Patrimônio líquido	**187,6**	**62,0%**	**(5,4%)**	**198,3**	**65,2%**	**52,9%**	**129,7**	**44,4%**	**54,7%**
Capital realizado	78,6	26,0%	0,0%	78,6	25,8%	0,0%	78,6	26,9%	(47,6%)
Reserva de capital	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	62,6	20,7%	0,8%	62,1	20,4%	157,5%	24,1	8,2%	20,6%
Ajuste acumulado de conversão	(8,8)	-2,9%	(15,4%)	(10,5)	-3,4%	(30,6%)	(15,1)	-5,2%	2,4%
Reservas de lucros	55,3	18,3%	(18,8%)	68,1	22,4%	61,8%	42,1	14,4%	n.a.
Total dos passivos e do patrimônio líquido	**302,7**	**100,0%**	**(0,5%)**	**304,1**	**100,0%**	**4,0%**	**292,3**	**100,0%**	**5,0%**

Saldo em 31 de Dezembro de 2019 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2018

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R$ 0,6 milhões, ou 17,6%, devido às reduções de Caixa e equivalentes de caixa e Impostos a recuperar, em R$ 0,3 milhão cada.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R$ 300,8 milhões em 31 de dezembro 2018 para R$ 299,9 milhões em 31 de dezembro 2019, uma redução de R$ 0,8 milhão, ou 0,3%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R$ 9,0 milhões em 31 de dezembro 2018 para R$ 14,2 milhões em 31 de dezembro 2019, um aumento de R$ 5,2 milhões, devido, principalmente, ao aumento de R$ 4,9 milhões no saldo de partes relacionadas.

Permanente

A conta do ativo permanente passou de R$ 291,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 285,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R$ 6,0 milhões, ou 2,1%, devido, principalmente, à redução de R$ 7,0 milhões de investimentos em coligadas, parcialmente compensado pelo aumento de R$ 1,0 milhão em Propriedades para investimento.

Passivo Circulante

O passivo circulante era igual a R$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019, ante R$ 18,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, com redução de R$ 17,3 milhões, ou 96,1%, devido à redução de R$ 10,9 milhões na conta Dividendos a pagar e de R$ 6,4 milhões na conta Empréstimos e financiamentos.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R$ 87,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 114,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$ 26,5 milhões, ou 37,8%, decorrente, principalmente, do aumento de R$ 26,4 milhões na conta Partes Relacionadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R$ 198,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 187,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, um decréscimo de R$ 10,7 milhões, ou 5,4%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- redução de R$ 12,8 milhões na conta Reserva de lucros;
- aumento de R$ 1,6 milhão na conta Ajuste acumulado de conversão; e
- aumento de R$ 0,5 milhãos na conta Ajuste de avaliação patrimonial.

Saldo em 31 de Dezembro de 2018 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2017

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R$ 2,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma ampliação de R$ 0,4 milhão, ou 14,4%, devido ao aumento de R$ 0,4 milhão de imposto a recuperar.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R$ 289,3 milhões em 31 de dezembro 2017 para R$ 300,8 milhões em 31 de dezembro 2018, uma ampliação de R$ 11,4 milhões, ou 3,9%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R$ 77,0 milhões em 31 de dezembro 2017 para R$ 9,0 milhões em 31 de dezembro 2018, uma redução de R$ 68,0 milhões, devido, principalmente, à redução de R$ 67,0 milhões no saldo de partes relacionadas.

Permanente

A conta do ativo permanente passou de R$ 212,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 291,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$ 79,4 milhões, ou 37,4%, devido, principalmente, ao aumento de R$ 48,6 milhões de investimentos em coligadas e de R$ 30,8 milhões em imóveis para investimento.

Passivo Circulante

O passivo circulante era igual a R$ 18,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, ante R$ 38,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, com redução de R$ 20,8 milhões, ou 53,6%, devido à redução de R$ 14,4 milhões na conta Dividendos a pagar e de R$ 6,4 milhões na conta Empréstimos e financiamentos.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R$ 123,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 87,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R$ 36,0 milhões, ou 29,1%, decorrente, principalmente, da redução de R$ 30,4 milhões na conta Partes Relacionadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R$ 129,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 198,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, um acréscimo de R$ 68,6 milhões, ou 52,9%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- aumento de R$ 38,0 milhões na conta ajuste de avaliação patrimonial; e
- aumento de R$ 26,0 milhões na conta Reserva de lucros.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Em R$ milhões	2019	2018	2017
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(1,3)	(3,9)	(4,9)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	8,0	19,9	4,4
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(7,0)	(16,0)	0,0
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	0,0	0,0	0,0
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**(0,3)**	**0,0**	**(0,5)**

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa aplicado pelas atividades operacionais foi de R$ 1,3 milhão, ante os R$ 3,9 milhões aplicado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado pelas atividades de investimento foi de R$ 8,0 milhões, ante os R$ 19,9 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa aplicado pelas atividades de financiamento foi de R$ 7,0 milhões, ante os R$ 16,0 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2018 vs 2017

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado pelas atividades operacionais foi de R$ 3,9 milhões, ante os R$ 4,9 milhões aplicado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa gerado pelas atividades de investimento foi de R$ 19,9 milhões, ante os R$ 4,4 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido ao recebimento de R$ 58,3 milhões pelo recebimento da venda de investimentos, no exercício findo de 2017, e variação de R$ 73,8 milhões em empréstimos entre partes relacionadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado pelas atividades de financiamento foi de nulo, assim como no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

10.2 *Os diretores devem comentar*

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Tendo em vista que a Companhia opera como *holding*, a Companhia tem seus resultados basicamente oriundos de equivalência patrimonial das empresas controladas e coligadas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Tendo em vista que a Companhia opera como *holding*, a Companhia tem seus resultados operacionais basicamente oriundos de equivalência patrimonial das empresas controladas e coligadas.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas das coligadas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos produtos vendidos aos seus clientes. Quanto à inflação, sua correlação com a receita das coligadas da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes de preços dependem da demanda, dos preços de concorrentes, que incluem produtos importados.

Quanto à flutuação de taxas de câmbio, a tradução da receita das operações de coligadas da Companhia no exterior é diretamente impactada pela taxa de câmbio. A taxa de câmbio influencia também indiretamente na receita das coligadas da Companhia à medida que influi na competitividade dos produtos produzidos no Brasil, tanto no mercado internacional, contribuindo com o volume de exportação, como no mercado local, estabelecendo a participação de produtos importados.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve impacto significativo nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A coligada Companhia de Tecidos Norte de Minas da Companhia possui participação indireta em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os preços dos principais insumos de produção de coligadas da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida e de suas coligadas é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não realizou nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária da Emissora nos exercícios sociais de 2017 e 2019.

Em dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital na controlada Fazenda do Cantagalo Ltda. no valor de R$ 33, 5 milhões utilizando créditos em conta de mútuo.

Em julho de 2017, a Companhia alienou sua participação na coligada AVCO Polímeros do Brasil S.A..

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019.

10.4 *Os diretores devem comentar*

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2019

No exercício de 2019 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2018

No exercício de 2018 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2017

No exercício de 2017 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2019

No exercício de 2019 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2018

No exercício de 2018 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2017

No exercício de 2017 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva nos pareceres emitidos pelos auditores.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis críticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

(a) Provisões diversas- A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. A Administração da Companhia depende de análises de advogados independentes para avaliação das contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

(b) Imóveis para investimento – Os ativos classificados como imóveis para investimento são avaliados por especialistas independentes quanto à sua recuperabilidade. A Administração da Companhia depende dessas avaliações para definir eventual provisão para perda na realização desses ativos.

10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não possui "off-balance sheet items".

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

a. Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, na condição de *holding* tem como principal receita resultados de equivalência patrimonial de suas controladas Fazenda do Cantagalo Ltda. e Encorpar Emp. Imobiliários Ltda., e coligadas Cantagalo General Grains S.A., Companhia de Tecidos Norte de Minas – Cotaminas e AVCO Polímeros do Brasil Ltda, portanto, não foram planejados qualquer tipo de investimento no plano de negócios da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

***c. Novos produtos e serviços**, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não há investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia.

10.9 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. – ENCORPAR

CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83
NIRE 3130001252-2

ANEXO II

Item 13 do Formulário de Referência – Remuneração dos Administradores

CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83
NIRE 31.3.000.1252.2
Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. - ENCORPAR, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.971.614/0001-83 , com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.000.1252.2 .
REGISTRO NA CVM	n.º 01649-7
SEDE	Rua Aimorés, nº 981, CEP 30140-071 – Funcionários, Belo Horizonte, MG.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	João Batista da Cunha Bomfim Telefone (11) 2145-4412 Fax (11) 2145-4583 e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	ECPR3 – ECPR4
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Diário do Comércio – Belo Horizonte, MG.

13. Remuneração dos administradores

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Apesar de não haver nenhum tipo de remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretoria pelo emissor, a Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. - ENCORPAR ("Companhia") e sua controlada adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária ("diretoria") e do conselho fiscal ("Pessoal-Chave da Administração").

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas. A Política de Remuneração não foi formalmente aprovada por órgão da Companhia.

b. composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes: (a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Não houve remuneração nos últimos três exercícios sociais

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

Todos os membros da administração não são remunerados devido à Companhia ser *holding* e seus membros participarem da administração, de forma remunerada, de empresas controladas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, como também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, são informados no item 13.15 deste documento.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixa o montante global da remuneração dos administradores e o Conselho de Administração faz a sua distribuição, considerando as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A distribuição da remuneração global deve levar em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O emissor não possui política formal de remuneração aprovada pelo conselho de administração.

13.2. Remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não houve remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal nos últimos três exercícios sociais.

Exercício Social corrente 31/12/2020 - Prevista (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5,00
Nº de membros remunerados	-	-	-	-
Remuneração fixa anual	**500.000,00**	**1.100.000,00**	**-**	**1.600.000,00**
Salário ou pró-labore	500.000,00	1.100.000,00		
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	**-**	**-**	**-**	**-**
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	**500.000,00**	**1.100.000,00**	**-**	**1.600.000,00**

Exercício Social findo em 31/12/2019 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	3,00	4,00
Remuneração fixa anual	**-**	**-**	**119.088,00**	**119.088,00**
Salário ou pró-labore	0	-	119.088,00	
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				

Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	**-**	**-**	**-**	**-**
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	**-**	**-**	**119.088,00**	**119.088,00**

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	2,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	2,00	3,00
Remuneração fixa anual	**-**	**109.200,00**	**79.392,00**	**188.592,00**
Salário ou pró-labore	0	109.200,00	79.392,00	
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	**-**	**-**	**-**	**-**
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	**-**	**109.200,00**	**79.392,00**	**188.592,00**

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3.00	2.00	0.00	5.00
Nº de membros remunerados	0.00	0.00	0.00	-
Remuneração fixa anual	**-**	**-**	**-**	**-**
Salário ou pró-labore				
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	**-**	**-**	**-**	**-**
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	3	2	0	0	1	0
Fevereiro	3	2	0	0	1	0
Março	3	2	0	0	1	0
Abril	3	2	0	0	1	0
Maio	3	2	3	0	1	3
Junho	3	2	3	0	1	3
Julho	3	2	3	0	1	3
Agosto	3	2	3	0	1	3
Setembro	3	2	3	0	1	3
Outubro	3	2	3	0	1	3
Novembro	3	2	3	0	1	3
Dezembro	3	2	3	0	1	3
Total	**36**	**24**	**24**	**0**	**12**	**24**
No de membros	*3,00*	*2,00*	*2,00*	*0,00*	*1,00*	*2,00*

Exercício Social findo em 31/12/2019 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	3	2	3	0	1	3
Fevereiro	3	2	3	0	1	3
Março	3	2	3	0	1	3
Abril	3	2	3	0	1	3
Maio	3	2	3	0	1	3
Junho	3	2	3	0	1	3
Julho	3	2	3	0	1	3
Agosto	3	2	3	0	1	3
Setembro	3	2	3	0	1	3
Outubro	3	2	3	0	1	3
Novembro	3	2	3	0	1	3
Dezembro	3	2	3	0	1	3
Total	**36**	**24**	**36**	**0**	**12**	**36**
No de membros	*3,00*	*2,00*	*3,00*	*0,00*	*1,00*	*3,00*

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	3	2	0	0	1	0
Fevereiro	3	2	0	0	1	0
Março	3	2	0	0	1	0
Abril	3	2	0	0	1	0
Maio	3	2	3	0	1	3
Junho	3	2	3	0	1	3
Julho	3	2	3	0	1	3
Agosto	3	2	3	0	1	3
Setembro	3	2	3	0	1	3
Outubro	3	2	3	0	1	3
Novembro	3	2	3	0	1	3
Dezembro	3	2	3	0	1	3
Total	**36**	**24**	**24**	**0**	**12**	**24**

No de membros	*3,00*	*2,00*	*2,00*	*0,00*	*1,00*	*2,00*

	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	3	2	0	0	0	0
Fevereiro	3	2	0	0	0	0
Março	3	2	0	0	0	0
Abril	3	2	0	0	0	0
Maio	3	2	0	0	0	0
Junho	3	2	0	0	0	0
Julho	3	2	0	0	0	0
Agosto	3	2	0	0	0	0
Setembro	3	2	0	0	0	0
Outubro	3	2	0	0	0	0
Novembro	3	2	0	0	0	0
Dezembro	3	2	0	0	0	0
Total	**36**	**24**	**0**	**0**	**0**	**0**
No de membros	*3,00*	*2,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*

13.3 Remuneração variável no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Não houve remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal nos últimos três exercícios sociais.

Exercício Social corrente 31/12/2019 - Prevista (Em R$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		-
iii. valor efetivamente reconhecido		n.a.		-

Exercício Social findo em 31/12/2019 (Em R$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	3,00	4,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		-
iii. valor efetivamente reconhecido		-		-

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em R$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	2,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	2,00	2,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		-
iii. valor efetivamente reconhecido		-		-

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em R$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3.00	2.00	0.00	5.00
Nº de membros remunerados	0.00	0.00	0.00	0.00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		-
iii. valor efetivamente reconhecido		-		-

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos três últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2020.

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Não há opções em aberto para quaisquer membros do órgão da administração da Companhia e suas controladas.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia

	Quantidade de ações[1]
Emissor	
Conselho de administração	24.617
Diretoria estatutária	140
Conselho fiscal	-
Controlador – Wembley S.A.	
Conselho de administração	387.343
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador – JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - COM. PART. EMP. S.A.	
Conselho de administração	-
Diretoria estatutária	101.229
Conselho fiscal	-
Controlada – Fazenda do Cantagalo Ltda.	
Conselho de administração	-
Diretoria estatutária	2
Conselho fiscal	-
Controlada – Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	
Conselho de administração	-
Diretoria estatutária	1
Conselho fiscal	-

[1] Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração	Exercício social findo em		
(em R$, exceto número de Administradores)	31/12/2017	31/12/2018	01/01/2019
Conselho de Administração			
Número total de membros	3,00	3,00	3,00

Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração individual	-	-	-
Valor da menor remuneração individual	-	-	-
Valor médio da remuneração individual	-	-	-
Diretoria Estatutária			
Número total de membros	2,00	2,00	2,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	1,00
Valor da maior remuneração individual	-	109.200,00	-
Valor da menor remuneração individual	-	109.200,00	-
Valor médio da remuneração individual	-	109.200,00	-
Conselho Fiscal			
Número total de membros	0,00	2,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	-	39.696,00	39.696,00
Valor da menor remuneração individual	-	-	39.696,00
Valor médio da remuneração individual	-	39.696,00	39.696,00

Observação : Considerando apenas os que receberam remuneração durante os 12 meses apenas para remuneração mínima

No ano de 2018, os membros do Conselho Fiscal foram remunerados a partir da sua eleição e, portanto, não estão inclusos no valor de menor remuneração individual, que considera apenas os que receberam remuneração durante os 12 meses de 2018.

13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Em R$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		317		
Sociedades sob controle comum				

Exercício Social 2018 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Em R$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		325		
Sociedades sob controle comum				

Exercício Social 2017 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Em R$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		308		
Sociedades sob controle comum				

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S. A. - ENCORPAR
CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83
NIRE nº 31300012522 – COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. - Encorpar ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 17:00 horas do dia 30 de abril de 2020, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, 981, 12º andar, Funcionários, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;

b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e

c) Fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2020.

Informações Gerais:

Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.encorpar.com.br), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização.

Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 23 de abril de 2020.

A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientações lançadas na Proposta da Administração.

Belo Horizonte-MG, 30 de março de 2020.

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração